

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES-RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Requiele Martins

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
SOB A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PANAMBI (RS)**

**Palmeira das Missões, RS
2019**

Requiele Martins

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
SOB A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PANAMBI (RS)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Campus de Palmeira das Missões, como requisito parcial para a obtenção do Título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tanice Andreatta

Palmeira das Missões, RS
2019

Requiele Martins

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
SOB A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PANAMBI (RS)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Campus de Palmeira das Missões, como requisito parcial para a obtenção do Título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Aprovado em 09/07/2019

Tanice Andreatta, Dra (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Gabriel Nunes de Oliveira, Dr.
(UFSM)

Rosani Marisa Spanevello Dra
(UFSM)

Palmeira das Missões, RS
2019

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
SOB A PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE
PANAMBI (RS)**

**THE NATIONAL PROGRAM OF SCHOOL FEEDING (PNAE) FROM THE
PERSPECTIVE OF FARMERS: A STUDY IN THE CITY OF PANAMBI (RS)**

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma modalidade de compra institucional de alimentos que proporciona alimentação saudável à comunidade escolar, contribuindo para diversificar e melhorar a renda dos agricultores familiares envolvidos no Programa. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as contribuições do PNAE para os agricultores familiares do município de Panambi (RS) que comercializam neste Programa. Trata-se de um estudo qualitativo, em que foi utilizado um roteiro de pesquisa semi-estruturado com base em questões abertas e fechadas. Foram entrevistados, no período de outubro de 2018, treze agricultores familiares que fornecem produtos ao PNAE. Entre os resultados, destaca-se que o PNAE é de expressiva importância no que se refere à complementação da renda, à melhoria de qualidade de vida dos agricultores, ao incentivo aos jovens para permanecerem no campo e realizarem a sucessão, ainda que em pequenas propriedades rurais que não ultrapassam a um módulo rural. Entre as dificuldades, destaca-se o limite do valor monetário da DAP e as condições das estradas, sobretudo em dias chuvosos, que dificultam o atendimento das entregas. De um modo geral, pode-se compreender a importância das políticas públicas para o fortalecimento da produção local.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Segurança alimentar. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The National Program of School Feeding (PNAE) is a form of institutional purchase of food that provides healthy food to the school community, contributes to diversify and improve the income of family farmers involved in the program. The general objective of the research is to analyze the contributions of the National School Feeding Program (PNAE) to the family farmers of the city of Panambi-RS that commercialize in the program. This is a qualitative study, in which a semi-structured research script was used based on open questions. Thirteen family farmers who provide products to the program were interviewed in October 2018. Among the results, it should be noted that PNAE is of significant importance in terms of income supplementation, improvement of the quality of life of the farmers, incentive for the young to remain in the field and to succeed, even in small rural properties that do not beyond a rural module and the appreciation of rural properties. Among the difficulties are the monetary value of the DAP and the road conditions, especially on rainy days, which make it difficult to handle deliveries. In general, it can be understood the importance of public policies for the strengthening of local production.

Key words: Healthy eating. Food safety. Family farming. Rural development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	9
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÕES E OBJETIVOS	9
2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A RELAÇÃO COM A VIABILIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	10
2.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE JUNTO AOS AGRICULTORES	12
3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	14
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	14
3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PANAMBI-RS E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PNAE	17
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E DAS PROPRIEDADES QUE FORNECEM ALIMENTOS PARA O PNAE.....	18
4.3 PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, A PARTIR DA INSERÇÃO NO PNAE.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno das políticas públicas para a agricultura familiar se intensificaram após 1994, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com isso, observa-se importantes resultados na diferenciação de crédito entre as categorias de produtores rurais, uma vez que, até então, a agricultura familiar era considerada microprodutor para enquadramento no Manual de Crédito (MCR). Nessa condição, o agricultor familiar era prejudicado, pois, ao ter que disputar crédito com grandes produtores, se via obrigado a seguir as linhas de crédito de instituições financeiras que eram voltadas para o perfil de grande produtor rural (BELIK, 2000).

Algumas políticas criadas nos últimos anos assumem um caráter relevante, uma vez que favorecem mais de um tipo de público beneficiado. Um exemplo disso é o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Criado em 1955, através do Decreto-Lei nº 37.106 de 31 de março de 1955, o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), ainda com o nome de Campanha da Merenda Escolar, foi sendo aprimorado ao longo dos anos, com diversas mudanças significativas. Entre os objetivos do programa, destaca-se a oferta da seguridade alimentar para alunos de escolas públicas e a educação alimentar e nutricional, oferecendo alimentos frescos, com boa qualidade e procedência (BRASIL, 1955). Uma das últimas mudanças nesse programa deu origem, em 2009, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também foi incluído nos objetivos do Programa o estímulo da participação e o desenvolvimento da agricultura familiar, através do fornecimento de alimentos agrícolas e ou agropecuários (BRASIL, 2009).

Para garantir a participação da agricultura familiar no PNAE, em 16 de junho de 2009 foi criada a Lei nº 11.947, que exige que 30% do valor repassado da União para o Programa deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2017). Destaca-se que essa medida é importante para o estímulo e desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades rurais.

Em meados dos anos de 1998, entidades filantrópicas do estado do Rio Grande do Sul, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), buscaram viabilizar novos mercados para a agricultura familiar. Assim, passou-se a discutir a “alimentação escolar como possibilidade de um novo mercado, comprometido com o desenvolvimento

local e com a soberania alimentar” (RIBEIRO et al., 2013 p.39). Essa iniciativa foi impulsionada, e diversos municípios gaúchos trataram de reunir informações sobre a adesão do PNAE para a compra de gêneros da agricultura familiar para abastecer as escolas municipais e estaduais (RIBEIRO et al., 2013).

O PNAE é uma das principais iniciativas de compra institucional de alimentos do mundo e vem garantindo renda aos agricultores familiares (TUGOZ et al., 2017). Destaca-se que esses agricultores são famílias que possuem até quatro módulos fiscais, que empregam mão de obra familiar e que a atividade consista em parte da renda da família (BRASIL, 2006). Destaca-se, ainda, que uma das grandes preocupações com esse tipo de agricultor é a sua viabilidade econômica e social.

Assim, o PNAE passou a representar um potencial de mercado para a agricultura familiar, pois passou a viabilizar as políticas para os municípios do estado e a abrir possibilidades de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando agricultores familiares, comerciantes, escolas e todos os agentes que atuam nessas cadeias produtivas locais. Apesar dos inúmeros benefícios que o PNAE oferece aos seus participantes, é considerado uma das mais importantes políticas públicas para agricultura familiar e para compras institucionais (BAVARESCO; MAURO, 2012). Os autores apontam que muitos dos produtores fornecedores do PNAE esbarram em questões de planejamento, burocracia, qualidade e quantidade de produção, regularidade de fornecimento e logística, que ainda precisam ser superadas.

Nesse sentido, destaca-se o município gaúcho de Panambi, localizado na região do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que possui uma diversificação de produção agrícola agropecuária. Além da produção de grãos e leite, atividades típicas da região, observa-se a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros, embutidos, milho verde, milho pipoca, frutas (BATALHA, 2012), entre outros produtos, que estão sendo utilizados no Programa de Alimentação Escolar.

Surgiu, assim, a necessidade de compreender as contribuições do PNAE para os agricultores familiares de Panambi que comercializam por intermédio deste programa. Dessa forma, este estudo propõe-se a responder à seguinte questão norteadora: Qual a visão dos agricultores familiares do município de Panambi-RS, que fornecem alimentos ao PNAE, sobre a efetividade dessa política pública?

Este trabalho busca contribuir para descrever o atual cenário da agricultura familiar do município de Panambi, avaliando a importância da política do PNAE para os participantes e para o município que além de poder ser mais uma ferramenta para o

planejamento de políticas do município podendo potencializar a agricultura familiar, a fim de garantir mais qualidade de vida, bem-estar e segurança alimentar a toda sociedade.

O objetivo geral consiste em analisar as contribuições do PNAE para os agricultores familiares dos municípios de Panambi que comercializam no programa. Como objetivos específicos busca-se: a) caracterizar os agricultores familiares do município de Panambi que fornecem produtos para o PNAE; b) compreender como o PNAE vem sendo executado no município de Panambi; c) analisar a visão agricultores familiares do município de Panambi que fornecem alimentos ao PNAE sobre a efetividade dessa política pública.

O artigo está dividido em três seções, além da introdução, das considerações finais e das referências. A primeira consiste em uma revisão da literatura, em que se enfatiza o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e suas conexões. Na seção dois descreve-se o método, assim como os procedimentos de pesquisa. Na seção três são apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção é apresentada a revisão de literatura e está estruturada a partir de uma discussão em torno da importância das políticas públicas, em especial para o PNAE, Também é abordado a sua evolução e a inserção da agricultura familiar nesse programa.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

As políticas públicas são criadas a partir de uma necessidade de um grupo de pessoas que precisam de alguma forma de auxílio, ou seja, que dependem de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

Desse modo, torna-se necessário compreender o que são as políticas públicas e como são formuladas no Brasil. Destaca-se que as políticas públicas são consideradas como decisões sobre a solução de um problema; são procedimentos relacionados ao poder, tendo por objetivo a solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas (WRASSE; SPENGLER, 2017; RUA, 2009).

Para Souza (2006) uma política pública é um conjunto de ações realizadas pelo governo para resolver conflitos que influenciam a vida dos cidadãos e visam atender interesses da população no coletivo, tendo a necessidade de serem estratégicas. Do ponto de vista da análise das políticas públicas, de acordo com Rua (2009), trata-se de um processo que consiste em um exame das intervenções planejadas, tendo como base a coleta e análise das informações, para a avaliação do conteúdo envolvendo um processo técnico para a produção de dados e, a partir das informações, influenciar nas decisões das políticas públicas, tirando conclusões a respeito da política pública no contexto.

Nesse sentido, Figueiredo e Figueiredo (1986) complementam que, para avaliar o nível de sucesso de uma política pública, deve-se observar o objetivo da política e os fatores que levaram a analisar o seu grau de sucesso. Porém, segundo Rua (2009), as avaliações das políticas públicas não são realizadas para classificá-las como sucesso ou fracasso, mas sim para sua avaliação e seu aperfeiçoamento.

Para Rua (2009) a eficiência de uma política pública está atrelada ao desempenho operacional. Assim, como a eficácia está atrelada com os objetivos almejados – se foram alcançados –, a efetividade está ligada ao resultado pretendido – se foi alcançado utilizando adequadamente os recursos envolvidos, ou seja, se a política realmente está dando resultado a quem se destina.

A seguir, é apresentado o PNAE, uma política pública que busca a promoção e o desenvolvimento da agricultura familiar através de seu fornecimento de alimentos agrícolas para as escolas públicas

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A RELAÇÃO COM A VIABILIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES

No início de 1950, pode ser considerado o período em que a alimentação escolar passou a ser pensado como um programa público. Em 1954, é criado o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME) que, desde então, vem se aperfeiçoando, sendo incluídas mudanças e algumas diretrizes. O período de 1970 a 1980 foi marcado pela escassez de ajuda alimentar internacional, o que contribuiu para instalações de indústrias alimentícias brasileiras para atender a demanda, mas o cardápio era de baixa qualidade e o sabor apenas desenvolvia as indústrias do ramo (RIBEIRO et al., 2013).

Em 1979, o PNME resulta no PNAE, em 1988, é assegurado o direito de alimentação escolar a alunos do ensino fundamental, e, em 1993, houve descentralização de recursos financeiros destinados ao PNAE (RIBEIRO et al., 2013). A gestão da alimentação escolar pelo município, a partir de 1994, possibilitou que o cardápio fosse baseado na cultura alimentar das comunidades (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE,2017), o PNAE hoje representa a maior e mais abrangente experiência de programa de alimentação e nutrição da América do Sul. Os valores ultrapassam 37 milhões de alunos atendidos pelo Programa, com um investimento de 1.025 bilhão de reais no ano.

Reformulado em 2009, o PNAE passou a vincular o fornecimento de merenda escolar à agricultura familiar. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% dos alimentos adquiridos pelo PNAE devem ser obtidos da agricultura familiar. Instituída pela Lei 11.326, que define os critérios legais, de forma normativa, da agricultura familiar no mundo rural brasileiro (BRASIL, 2009). No seu artigo terceiro, a Lei 11.326 define:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

Vale ressaltar que a agricultura familiar representa um papel importante para o desenvolvimento e crescimento do país. O setor apresenta-se em crescente expansão, movimentando a economia e contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico através da criação de empregos e da diminuição do êxodo rural a partir da geração e distribuição de renda (FAO/INCRA, 2000).

A lei 11.947/09 dispõe que os recursos repassados pelo FNDE que no mínimo 30% do valor deve ser adquiridos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. A prioridade é dada aos assentamentos de reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e às comunidades quilombolas (BRASIL, 2009). Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), o percentual de 30% poderá ser dispensado quando houver a impossibilidade de emissão de documento fiscal, inviabilidade de fornecimento regular e constante de gêneros alimentícios e condições higiênicas sanitárias inadequadas.

Os incentivos ao PNAE buscam garantir a segurança alimentar escolar e fortalecer a agricultura familiar. O objetivo é fornecer alimentação saudável e adequada no período letivo, de acordo com a necessidade, para um melhor desempenho, oferecendo a todos os alunos, indiferente de suas origens. A lei também expõe que, por meio da execução do programa, promove articulações entre a sociedade, a agricultura, a saúde e a educação (BRASIL, 2009)

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), sempre que possível os alimentos são adquiridos nas propriedades do município onde está localizada a escola. Caso não houver oferta suficiente no município, as escolas podem complementar adquirindo produtos seguindo a ordem de região território rural estado ou país. Em relação aos recursos financeiros, o PNAE transfere valores diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (FNDE, 2017).

Dessa forma, o Programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar

nacional. Nesse contexto, o PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a (re)organização de comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar (PNAE, 2016).

Nesse sentido, Tugoz et al. (2017) destacam que a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar apresenta inúmeras vantagens, principalmente para o produtor, sendo que a Lei se mostra como uma alternativa no combate à pobreza rural, estimulando a sua economia. Quanto aos alunos é garantida a segurança alimentar por meio de alimentos saudáveis. Já o comprador pode contar com um mercado crescente de produtos diversificados e saudáveis

2.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE JUNTO AOS AGRICULTORES

Para inserirem-se no PNAE, as famílias devem se enquadrar em algumas normas exigidas. Segundo a FNDE (2015), para a inserção das famílias no PNAE, se deve comprovar a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pois é o documento que prova a identificação do produtor familiar, a qual é utilizado para acesso às políticas públicas. Assim, após a sua comprovação, devem atender aos seguintes passos:

- I. Estabelecer o valor que será gasto com compras da agricultura familiar, dentro dos 30 % estabelecidos pelo FNDE.
- II. Mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, e elaboração do cardápio levando em conta a cultura alimentar local, também a demanda com produtos e quantidades a informação deverá ser passada a entidade executora (EE), pela nutricionista responsável.
- III. Pesquisa de preço feita pela Entidade Executora EE tem como referência os preços do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (CONAB); localidades que não tiver PAA, irá calcular os valores tendo como base critérios definidos partindo do valor gasto no ano com compras da agricultura familiar.
- IV. Trata se da chamada pública, com dispensa de licitação, fornecendo informações necessárias para que os fornecedores apresentem seus projetos de venda.

- V. Em conformidade com a chamada pública elaboração de um projeto de venda que formalize o interesse dos agricultores familiares em vender seus produtos a alimentação escolar
- VI. Recebimento do projeto de venda, documentação para a habilitação dos fornecedores.
- VII. Amostra de qualidade, a Entidade Executora avalia e seleciona os alimentos enviados pelos produtores por meio de testes necessários após a fase de habilitação.
- VIII. Seleção dos projetos de venda, dando prioridade a projetos do município primeiramente, seguidos da região, do território rural, do estado e do país; assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas; Grupos Formais sobre os Grupos Informais e os alimentos orgânicos, atendendo a legislação sanitária, tendo como limite individual de venda R\$ 20.000,00 por DAP/ano.
- IX. Assinatura do contrato, contendo as cláusulas de compra e venda, e estabelecendo o cronograma de entrega dos produtos e a data de pagamento dos agricultores familiares.
- X. Entrega dos produtos pelos agricultores familiares fornecedores, perante a documento fiscal, estando de acordo com o contrato, atestado pelo termo de recebimento.

Dessa forma, os alimentos adquiridos dos agricultores e agricultoras familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar devem ser de produção própria e devem cumprir as exigências destacadas acima, para que sejam de qualidade, saudáveis e ainda possam colaborar para o desenvolvimento econômico e social destas famílias que participam do programa, assim como para os alunos que se beneficiam deste (FNDE, 2017).

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Neste capítulo, descreve-se a classificação da pesquisa, bem como os procedimentos utilizados para a sua operacionalização.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Do ponto de vista metodológico, a natureza da pesquisa deste artigo pode ser classificada como qualitativa. Segundo Deslauriers (1991) os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Por sua vez, em relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva, pois busca descrever as características de determinada população ou fenômeno. De acordo com Gerhard e Silveira (2009, p. 35), a “pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar”. Ainda, neste tipo de pesquisa descritiva, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.

A classificação, quanto à técnica de coleta de dados, se deu através da realização de pesquisa bibliográfica, na primeira etapa. Para a segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de campo (estudo de caso). A pesquisa bibliográfica baseou-se na leitura de livros, teses e dissertações, artigos, manuais e leis com os conceitos necessários para fundamentar conceitual e teoricamente o estudo proposto. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica não é só mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sobre novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa ocorreu por intermédio de uma revisão da literatura e baseou-se em artigos, teses, livros e sites institucionais, referente às políticas públicas, mais especificamente o PNAE. Os dados secundários foram obtidos através da pesquisa bibliográfica envolvendo a agricultura familiar e o PNAE através de artigos, teses, sites, livros, revistas e entre outros que sejam relevantes ao tema pesquisado.

Posteriormente, buscou-se investigar como esta política está contribuindo com a agricultura familiar no município de Panambi. Assim, para a operacionalização da coleta de dados, inicialmente realizou-se identificação do universo, a fim de mapear as famílias participantes no PNAE. Para essa etapa, foram coletadas informações na EMATER.

Em um primeiro contato, por e-mail, com a secretaria da EMATER, foi indicado que havia uma associação dos agricultores familiares que forneciam alimentos para o programa. Posteriormente, foi contatado o presidente da referida Associação de Agricultores Familiares de Panambi (AGRIFAMI), que também é fornecedor do programa, o qual forneceu algumas informações referentes ao número de associados e algumas regras para poder comercializar os produtos no programa. Atualmente, estão registradas 32 famílias, fornecedoras do Programa na cidade. A partir dessa população, foi selecionado, aleatoriamente, 13 famílias para comporem a amostra da pesquisa.

A pesquisa de campo foi operacionalizada por intermédio de um roteiro de pesquisa semiestruturado, contendo questões abertas e fechadas. Este consiste em um importante instrumento, pois permite alcançar um maior número de pessoas, é mais econômica e sua padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado (OLIVEIRA, 2011).

O roteiro foi organizado em eixos. No primeiro eixo, para obter o perfil do agricultor, foram realizadas questões referentes à sua localização, ao tamanho da propriedade, à idade, à escolaridade, a quantidade de membros da família bem como quantos trabalham na produção, o que produzem, à capacidade de produção, e onde comercializam seus produtos, além de questões referentes ao Programa. Em relação ao Programa, foram estruturadas questões referentes ao tempo de participação neste, aos produtos que comercializam, a como tiveram acesso ao Programa e o papel desse Programa (entraves, benefícios, o que precisa ser melhorado).

As entrevistas aconteceram da seguinte forma: sete respondentes foram entrevistados em uma reunião da Associação; três entrevistas foram realizadas nas propriedades dos respectivos agricultores e outras três na feira do produtor. Três dos entrevistados foram mencionados pelo presidente da AGRIFAMI como os mais antigos participantes do Programa no município. A amostra representa aproximadamente 40% da população do total de produtores da agricultura familiar fornecedores ao PNAE. As entrevistas foram realizadas em outubro de 2018. Para não expor a identidade dos participantes, na menção destes é usado letra “A” de agricultor, seguida de um número, para a respectiva identificação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados em três tópicos. O primeiro trata da evolução da distribuição de recursos do PNAE no município de Panambi. O segundo refere-se à caracterização dos agricultores familiares fornecedores do PNAE. O terceiro refere-se ao papel do PNAE para o desenvolvimento econômico das famílias participantes.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PANAMBI-RS E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO PNAE

O município de Panambi, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, possui uma diversificação de produção agropecuária. Atualmente, possui uma população rural de 3.496 pessoas e 1.030 estabelecimentos agropecuários, com uma área de 40.670 hectares (IBGE, 2017). Além da produção de grãos e leite, atividades típicas da região, observa-se a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros, no PNAE.

Em termos de Programa Nacional da Alimentação Escolar, de 2011 a 2016, conforme tabela abaixo, percebe-se que o município tem operacionalizado mais recursos do programa para a Agricultura Familiar, pois o repasse dos valores aumentou significativamente nesse período. No ano de 2015, principalmente, o município ultrapassou os 30% que é obrigatório, e por isso, percentualmente o valor ultrapassa a 100%.

Destaca-se que as famílias participantes desse programa são contempladas por estímulos e subsídios do Governo Federal (União), transferidos para as prefeituras municipais (FNDE, 2017). A Prefeitura Municipal de Panambi operacionalizou, junto aos agricultores familiares, em 2016, R\$ 535.534,79 do total do repasse da União de R\$ 565.666,40, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Valores de aquisição da agricultura familiar no Município de Panambi-RS para os anos de 2011 a 2016

Ano	Valor transferido (R\$)	Aquisições da agricultura familiar (R\$)	Valor percentual
2011	R\$ 596.100,00	R\$ 260.462,25	43,69%
2012	R\$ 396.156,00	R\$ 254.110,46	64,14%
2013	R\$ 441.000,00	R\$ 392.512,80	89%
2014	R\$ 395.808,00	R\$ 306.389,65	77%
2015	R\$ 514.002,00	R\$ 524.389,60	102%
2016	R\$ 565.666,40	R\$ 535.534,79	94,7%

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em FNDE (2017)

Este valor é destinado via políticas públicas que visam ao desenvolvimento e à melhoria de renda para a agricultura familiar. Além disso, muitos dos agricultores familiares fornecedores do PNAE em Panambi beneficiaram-se ao longo do período de 2011 a 2016 deste acesso ao mercado, gerando ampliação de sua produção e desenvolvimento de suas propriedades rurais. Vale ressaltar também que, de 2011 a 2016, o valor utilizado para agricultura familiar aumentou de R\$ 260.462,25 para R\$535.534,79, um aumento de 48.6%, destinado ao município de Panambi.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E DAS PROPRIEDADES QUE FORNECEM ALIMENTOS PARA O PNAE

No quadro abaixo, encontra-se a caracterização dos respondentes da pesquisa; de um modo geral, predomina, entre os respondentes da pesquisa, indivíduos do sexo masculino (nove entrevistados). Três possuem acima de 50 anos; seis tem idade entre 40 e 49 anos e quatro menos de 40 anos (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados fornecedores do PNAE no município de Panambi-RS

Nº do entrevistado	Sexo	Escolaridade	Idade do entrevistado	Tem sucessor
A1	Masculino	Fundamental Incompleto	54 anos	Sim
A2	Masculino	Fundamental Incompleto	51 anos	Sim
A3	Feminino	Fundamental Incompleto	49 anos	Sim
A4	Masculino	Médio Incompleto	52 anos	Sim
A5	Masculino	Graduação Incompleto	25 anos	Já seria o sucessor.
A6	Masculino	Fundamental Incompleto	49 anos	Sim
A7	Masculino	Graduação	45 anos	Não
A8	Masculino	Ensino Médio	40 anos	Sim
A9	Feminino	Ensino Médio	40 anos	Não
A10	Feminino	Graduação	35 anos	Sim
A11	Feminino	Graduação	34 anos	Sim
A12	Masculino	Ensino Médio	41 anos	Sim
A13	Masculino	Ensino Médio	20 anos	Já seria o sucessor

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora.

Referente ao nível de escolaridade dos entrevistados quatro possuem o ensino fundamental incompleto, quadro ensino médio completo, três possuem graduação completa, uma graduação incompleta e um ensino médio incompleto. Nota-se que os menores índices de escolaridade se referem aos que têm idade mais elevada. De acordo com os entrevistados, o baixo nível de escolaridade pode ser explicado pela exigência do emprego na mão de obra no campo, de horários para a produção, o que os impedia de estudar.

Entretanto, ao serem questionados quanto à realização de cursos de capacitação na área da agricultura, os entrevistados responderam que sempre tentam buscar novos conhecimentos. As formas mais utilizadas para capacitação são cursos gratuitos oferecidos pela EMATER-RS e SENAR-RS. Os tipos de cursos mais realizados são aperfeiçoamento no manejo de novas culturas e formas de produção e aprimoramento da apresentação de seus produtos para inserção em outros mercados além do PNAE – como, por exemplo, a feira de produtos hortifrutigranjeiros da cidade e cooperativas da região. Vale destacar que a EMATER possui um papel fundamental no desenvolvimento e ampliação do PNAE no município de Panambi, uma vez que todas as famílias tiveram conhecimento do Programa por meio desta entidade.

No que se refere à mão de obra, um dos entrevistados afirma que somente ele e a esposa trabalham porque os filhos ainda são pequenos e não ajudam nas atividades. Em dez famílias, a mão de obra empregada conta com a ajuda de pelo menos um filho. No caso de duas das famílias, a sucessão já ocorreu, pois, nessas duas famílias, os pais já não se envolvem na produção. Em um dos casos, os pais já se aposentaram e estão morando no interior, mas produzem somente para o autoconsumo, e o filho está dando continuidade à produção para fins comerciais. No outro caso, o filho assumiu parte da área de seu pai e deu seguimento à produção.

No tocante às características das propriedades (Quadro 2), apenas a família A2 produz em área cedida pelo sogro do entrevistado, no restante todos os demais são proprietários da terra. Com base nas treze famílias entrevistadas, percebe-se que todas produzem em menos de 25 hectares; destas, oito trabalham em menos de um módulo rural. Na maioria dos casos, quem produz para o fornecimento do Programa são o casal e um filho, os demais realizam outras atividades tanto agropecuária, como também trabalham na cidade.

Quadro 2 - Caracterização dos agricultores familiares, fornecedoras do PNAE

Nº do entrevistado	Nº de pessoas atuam na produção	Área (ha)	Produtos	Faturamento mensal (em SM)
A1	3	22	Ovos	2 a 3
A2	4	25	Leite	1 a 2
A3	2	25	Panificados	2 a 5
A4	3	15	Linguiça	1 a 2
A5	1	02	Hortaliça	1 a 2
A6	3	20	Salame	1 a 2
A7	2	04	Tomate	1 a 2
A8	2	04	Couve flor, brócolis e couve chinesa	2 a 5
A9	2	01	Ovos de codorna	2 a 5
A10	4	05	Alface, rúcula, tempero verde, mandioca e agrião	Mais de 5
A11	3	10	Temperos	1 a 2
A12	3	02	Tomate	1 a 2
A13	1	18	Leite pasteurizado	1 a 2

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pela autora.

Observa-se o cultivo de diferentes produtos para o consumo próprio das famílias, mas, para comercializar no PNAE ou na Feira do Produtor, seguem uma linhagem de produção. Como exemplo, temos o produtor de leite, que vende o leite para o PNAE, mas vende seus derivados na Feira, pois, após a quantidade acordada ser entregue ao PNAE, o restante da matéria prima é transformado em queijos, nata, doce de leite e outros derivados do leite, que acabam sendo comercializados na Feira.

O produtor que fornece linguiça para o PNAE comercializa outros embutidos na Feira, e em outros mercados. As demais famílias fornecem produtos ao PNAE e também comercializam seus produtos na Feira e em outros mercados. Apenas uma família cultiva uma pequena quantidade de soja.

Todas as famílias têm um faturamento mensal derivado da comercialização por intermédio do PNAE de mais de um salário mínimo. De maneira estratificada, identifica-se que oito famílias recebem do programa uma renda bruta mensal de 1 a 2 salários mínimos, quatro recebem uma renda mensal bruta de 2,1 a 5 salários mínimos e uma família recebe uma renda bruta mensal de mais de 5 salários mínimos.

4.3 PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, A PARTIR DA INSERÇÃO NO PNAE

Com base nos relatos dos entrevistados, percebe-se que, para se inserirem no programa, tiveram que fazer investimentos básicos nas suas propriedades. Esse arranjo se fez necessário para atender os critérios exigidos pelo programa, como, por exemplo, o cronograma de entrega, a qualidade e quantidade acordadas. Depois de inseridos, foram necessárias melhorias nas condições de produção e comercialização, com mais equipamentos e insumos tecnológicos. Quando questionados sobre o que os atraiu a entrar no Programa, a maioria das entrevistados respondeu que a garantia de um mercado valeria um investimento do tipo.

Quanto ao dia a dia das famílias no campo, os produtores relatam que, na maioria dos casos, as atividades são desenvolvidas por um casal e mais um ou dois filhos, dessa forma, há um acordo em que se planeja a função e as responsabilidades de cada familiar. Assim, no final do dia, as tarefas principais sempre estarão realizadas. Nesse sentido, é possível aferir que, independente de uma organização formal, existe um planejamento e distribuição das atividades, sobretudo as relacionadas à produção e às entregas do PNAE.

Do ponto de vista de avaliação do programa PNAE, todos avaliam o Programa de forma positiva, uma vez que há garantia de mercado e o preço e as quantidades comercializadas são garantidos. Antes de estarem vinculados ao Programa, a venda era realizada porta a porta e na feira; havia uma sazonalidade nas vendas, muitas vezes sobravam alguns produtos e retornavam para casa com parte da produção – como os produtos são perecíveis, as sobras eram descartadas. Os resultados vão de encontro ao que foi identificado pelo estudo de Marques (2014), que conclui que não só os alunos são beneficiados com a segurança alimentar promovida pelo Programa, mas também os agricultores familiares, já que pode haver redução dos níveis de pobreza rural com a comercialização de seus produtos.

Os produtores consideram o Programa de suma importância, pois se configura em uma complementação na renda agrícola e, dependendo do mês, a renda principal. Em meses que a feira tem menor movimento para os produtores, principalmente para aqueles que possuem como canal de comercialização a feira e o PNAE, este último acaba por ser a principal fonte de renda em determinados meses, sobretudo os meses de férias, quando o fluxo de pessoas na feira diminui. Os agricultores entrevistados comentam que o preço pago no programa, em geral, é maior que o preço recebido na feira e outros mercados.

As percepções dos produtores de Panambi em relação ao programa corroboram com o estudo de Cunha et al. (2017), ao analisarem a percepção dos produtores de Espera Feliz de Minas Gerais. Percebe-se muita semelhança nos relatos, no que se refere aos aspectos econômicos e aos canais de comercialização. Esses produtores relatam uma melhor qualidade de vida, pois, após o ingresso no Programa não há mais a necessidade de deslocação de porta em porta para vender seus produtos. Assim, com a garantia da renda do PNAE, podem consumir, investir mais na propriedade, tendo mais tranquilidade financeira.

O PNAE também aumentou o interesse em produzir sem uso de agrotóxicos, havendo uma produção mais saudável. Segundo Marques (2014), nas últimas décadas, o padrão de alimentação tem avançado para uma dieta rica em gordura, açúcares e sal, o que está ocasionando sobrepeso e obesidade. Dessa forma, o PNAE é desenvolvido no intuito de reverter esse problema no ambiente escolar. Os produtores relatam que as pessoas estão mostrando cada vez mais interesse em seus produtos, pelo mesmo intuito do PNAE, de consumir alimentos menos processados e mais saudáveis.

Outra avaliação positiva sobre o programa é a influência na sucessão familiar. Segundo os entrevistados, na maioria das famílias, está ocorrendo a sucessão familiar, pois, a maioria dos produtores tem estimulado os filhos a participarem na produção e na gestão da propriedade. Também foi identificado casos de filhos que já estão produzindo de maneira autônoma, dando continuidade à atividade exercida por seus pais. Um caso bem específico refere-se a um dos jovens entrevistados, fornecedor de alimentos ao PNAE. Ele relata que passou a comercializar junto ao programa, pois seu pai se aposentou trabalhando na cidade, e resolveu comprar um sítio para morar e para descanso, pois considerava a vida do campo mais sossegada. No entanto, o filho tornou o espaço um lugar de produção para o mercado.

O jovem tinha se formado em técnico em agropecuária e iniciava uma graduação em agronomia. Ficou sabendo do Programa por um amigo fornecedor do PNAE, buscou informações na EMATER para se inserir e começou a produzir e fornecer seus produtos. Como possuía um espaço na propriedade, sua produção tornou-se maior que a absorvida pelo programa, e, dessa forma, passou a comercializar por intermédio de outros canais. Hoje, a principal fonte de renda na propriedade deriva da produção de hortaliças, mas foi através do programa que ele começou a produzir em maior quantidade de escala.

Foi através do Programa que eu comecei a produzir, se não fosse o Programa hoje eu não sei o que eu estaria fazendo, pois foi através do Programa que eu comecei a produzir, e ao passar dos anos fui amentando a produção e vendendo em outros mercados, mas o ponta pé inicial foi o PNAE (Agricultor 4).

Uma das estratégias mais usadas para se manter no programa é a produção com qualidade. Para isso, os agricultores realizam cursos por intermédio da EMATER, SENAR e Prefeitura. Na comunicação com a EMATER se baseia o cardápio das escolas, passando as informações dos produtos que podem ser produzidos pela agricultura familiar e o que é comprado em outros mercados. Essas informações contribuem para os agricultores diversificarem a produção e, posteriormente, suprirem a demanda, pelo programa, com preço e mercado assegurados previamente. Outra constatação dos agricultores é a de que, como tiveram que investir para cumprir as normas do Programa, atualmente as propriedades estão mais valorizadas.

Outra forma de escoamento da produção ocorre por intermédio das licitações da Prefeitura: se está faltando algum produto e há algum associado que possa produzir, já vai se estudando como produzir para poder diversificar a produção. Alguns entrevistados relatam que poderiam aumentar o percentual de compra da agricultura familiar, pois a prefeitura poderia comprar além dos 30% obrigatórios.

Eles poderiam comprar mais do produtor rural, aquecer mais o mercado para os produtores, porque as vezes quando falta produto daí eles ligam, se não temos produtos sobrando que podemos entregar, porque não compram logo tudo da gente (Agricultor 2).

Os produtores mencionam que o valor máximo comercializado anualmente (R\$ 20.000,00 por DAP) poderia ser ampliado, ou esse valor (R\$ 20.000,00) poderia ser relacionado ao lucro líquido e não à receita bruta, como é atualmente. Ressaltam que há produtos em que o custo de transformação é alto, e, portanto, não compensa transformar, sendo que poderia vender a matéria prima *in natura*. Um exemplo é a transformação do leite, que é muito caro transformar em iogurte para a venda, então vendem apenas o leite. Outra entrevistada ainda concorda com a ideia de que o valor da DAP poderia ser maior, mas também lembra que a renda do Programa é para ser uma complementação e não ser a renda principal.

A maioria dos entrevistados também relata que poderiam entregar mais produtos caso o Programa comprasse mais. Alguns dos produtores entregam todo o valor da DAP e poderiam ampliar sua produção caso o valor da DAP fosse ampliado. No entanto, uma das principais dificuldades enfrentadas é a burocracia, uma vez que tem que estar tudo adequado aos critérios do Programa para poder entregar sua produção. Isso vai desde cumprir com as

exigências estruturais para a produção – já que a maioria dos produtores relatam que tiveram que fazer investimento para começar a vender.

No início eu fiquei meio assim de investir, pois a valor não era tão pouco que eu teria que investir para começar a entregar e como era início do programa aqui no município de Panambi não saberia se ia dar certo ou não, (Agricultor A1).

Uma dificuldade mais evidente relaciona-se às vias de acesso para entrega dos produtos, no caso o transporte. Os agricultores mencionam que a Prefeitura poderia dar uma atenção maior para os agricultores familiares em relação às estradas, pois, em dias de chuva, têm dificuldades de transitar até as escolas, pois, independentemente das condições de clima e condições das estradas, eles devem cumprir o cronograma de entregas.

De um modo geral, evidencia-se que o programa vem sendo bem visto pelas famílias. Percebe-se também que o PNAE é um mercado institucional, organizado a partir de uma política pública que é capaz de melhorar a condição de vida dos agricultores, de permitir um alimento mais saudável e de mais qualidade à comunidade escolar. E em uma perspectiva mais ampla, contribuir para o desenvolvimento rural. Os resultados vão ao encontro de Cunha et al (2017), em que afirma que a compra de alimentos da agricultura familiar, via políticas públicas, tem potencial para alavancar o desenvolvimento rural, principalmente dos pequenos municípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas têm como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento de determinados setores e públicos. No âmbito das políticas públicas para a agricultura nos últimos anos, uma das políticas de maior destaque, tanto pelos seus objetivos, quanto pelo público que abrange é o PNAE. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a visão dos agricultores familiares do município de Panambi-RS que fornecem alimentos ao PNAE, sobre a efetividade dessa política pública.

A partir de uma análise qualitativa, junto aos treze agricultores analisados do município de Panambi, identificou-se que o PNAE é de expressiva importância no que se refere à complementação da renda, melhoria de qualidade de vida dos agricultores, incentivo aos jovens para permanecerem no campo e realizarem a sucessão familiar, ainda que em pequenas propriedades rurais que não ultrapassam a um módulo rural.

Entre as principais dificuldades aos agricultores, identificou-se que, caso o valor máximo de comercialização junto ao PNAE fosse expandido, poderia estimular aumentos da produção, e as condições das vias de acesso dificultariam o cumprimento do calendário de entregas, principalmente em dias de chuva, já que afetam as condições de trafegabilidade nas estradas.

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se inferir a importância das políticas públicas para o fortalecimento da produção local, e uma relação de reciprocidade, em que diferentes públicos, guardada as devidas proporções, obtém ganhos. De um lado está o agricultor familiar, que é estimulado a produzir em condições de preço e quantidades predeterminadas. De outro, a comunidade escolar (PNAE) e a população em geral (feiras e porta a porta) têm acesso a alimentos de melhor qualidade.

Por fim todas as questões que norteiam este trabalho e são apontadas neste estudo podem ser discutidas e reavaliadas em outras regiões, pois é uma pesquisa limitada à região de Panambi, sugerindo estudos futuros, em outras regiões, para a comparação dos resultados.

Conclui-se, num contexto de desenvolvimento local, a importância da visão da agricultura familiar pelo setor público e privado como potencial de produção, pois trata-se de um seguimento importante para produção de alimentos. Destaca-se que mais estudos são necessários para avaliar o papel dos produtores nesse contexto.

REFERÊNCIAS

BATAGLIN, C. B. **Diversificação das culturas agrícolas e as modificações ocorridas na paisagem rural ao longo do tempo na localidade de Linha Morengaba Município de Panambi-RS**. 2012. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (Geografia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RioGrande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1409>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino. In: FÓRUM DE ESPECIALISTAS: PAES PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Santiago, Chile, **Anais...** 2012.

BELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Org.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. Volume 4, p. 93-116.

BRASIL. Decreto nº. 37.106, de 31 de março de 1955.1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, seção 1, 2 de abril de 1955.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Dispõe as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 de julho de 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 17 de junho de 2009.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.

DESLAURIERS, J. P. **Recherche qualitative: guide pratique**. Québec: McGrawHill, 1991.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez.1986.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae?view=default>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae?view=default>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

GERHARD, T.; SILVEIRA, D. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário de 2017**. 2018. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

INCRA; FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Como funciona a compra e venda de produtos da agricultura familiar?** 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/como-funciona-compra-e-venda-de-produtos-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

MARCONI, A. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, v. 5, 2003.

MARQUES, A. A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. 2014. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 1329-1341, 2014.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. 2011. Disponível em: <<https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/ManualdemetodologiacientificaProfMaxwell.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista gestão e desenvolvimento em contexto (GEDECON)**, v. 1, n. 1, 2013.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. 2006. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TUGOZ, E. J.; LEISMANN, E. L.; BRANDALISE, L. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento de promoção do desenvolvimento

sustentável da agricultura familiar. In: ANDRADE, F. D. (Org.). **Sustentabilidade e responsabilidade social artigos brasileiros**. Porto Silveira: Poisson, 2017.

WRASSE, H. P.; SPENGLER, H. F. M. As políticas públicas de tratamento de conflitos como meio de materialização e efetivação dos direitos fundamentais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, Santa Cruz do Sul, **Anais do Salão de Ensino e de Extensão...** 2017. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.